

## A LITERATURA INFANTO-JUVENIL E SUA RELEVÂNCIA NA CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Bruna Agliardi Verastegui<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este artigo tem por objetivo analisar a relevância da literatura infanto-juvenil na construção de uma educação antirracista nos anos iniciais do ensino fundamental, uma vez que é na infância, por meio das instituições escolares, que surgem leitores em potencial. Sabe-se que a literatura infanto-juvenil transformou-se em demasiado ao longo das últimas décadas, principalmente após a promulgação da Lei nº 10.639/03, alterada pela Lei nº 11.645/08, que instituiu a obrigatoriedade do ensino de história e da cultura afro-brasileira e indígena. Para realizar a análise, fez-se uma pesquisa bibliográfica a fim de identificar artigos, dissertações, teses e livros que versassem sobre a literatura infanto-juvenil negra e sua importância para as relações étnico-raciais, além de uma análise cultural das obras infanto-juvenis *A Cor de Coraline*, de Alexandre Rampazo, e *Meu Crespo é de Rainha*, de bell hooks. De modo preliminar, percebe-se que as representações contidas em obras infanto-juvenis antes dos anos 2000 traziam personagens negros em segundo plano, ou de maneira pejorativa e caricata; atualmente, nota-se uma maior preocupação em representar os sujeitos negros como protagonistas, dando voz e vez para suas demandas e cultura. Por fim, ressalta-se que obras literárias que abordam as pessoas negras, bem como suas culturas, devem ter espaço nas salas de aula, pois é também por meio da leitura que se constrói uma sociedade antirracista.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Antirracista. Lei 10.639/03. Literatura infanto-juvenil. Literatura negra.

**ABSTRACT:** This article aims to analyze the relevance of children's literature in the construction of an anti-racist education in the early years of elementary school, since it is in childhood, through school institutions, that potential readers emerge. It is known that children's literature has become too much over the last decades, especially after the enactment of Law 10.639/03, changed by Law 11.645/08, which established the mandatory teaching of Afro-Brazilian and indigenous history and culture. To carry out the analysis, a bibliographic research was carried out to identify articles, dissertations, theses and books that deal with black children's literature and its importance for ethnic-racial relations, as well as a cultural analysis of the children's books *The Color of Coraline*, by Alexandre Rampazo, and *Happy to be Nappy*, by bell hooks. Preliminarily, it can be seen that the representations contained in children's books before the 2000s brought black characters in the background, or in a pejorative and caricatured way; currently, there is a greater concern in representing black subjects as protagonists, giving voice to their demands and culture. Finally, we emphasize that literary works that deal with black people, as well as their cultures, should have room in classrooms, because it is also through reading that an antiracist society is built.

**Keyword:** Anti-racist Education. Law 10.639/03. Children's and Youth Literature. Black literatura.

---

<sup>1</sup> Cursa Doutorado em Educação e Estudos Culturais na Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) e Licenciatura em Pedagogia no Centro Universitário Internacional (UNINTER), é Mestra em Educação pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) e Licenciada em Letras pela Faculdade Porto-Alegrense (FAPA). Atualmente, é professora de Língua Portuguesa e Literatura na rede pública de Capão da Canoa/RS e bolsista CAPES.

## INTRODUÇÃO

Paulo Freire (1988, p. 9) defendia que “a leitura de mundo precede a leitura da palavra”, isto é, aprendemos a interpretar o mundo e tudo aquilo que nos rodeia antes mesmo de aprendemos a ler as palavras escritas. Isso mostra o quanto a leitura ocupa diversas dimensões em nossa vida e, por conta disso, deve assumir uma posição de destaque em nosso cotidiano desde a infância.

Embora a leitura do mundo seja construída incessantemente, com a colaboração de diversos atores sociais, a leitura literária também pode contribuir para transformar ou ressignificar a leitura do mundo. Essa prática é conhecida como letramento literário e é de responsabilidade das instituições escolares, uma vez que a partir dela se pode formar “um leitor capaz de se inserir em uma comunidade, manipular seus instrumentos culturais e construir com eles um sentido para si e para o mundo em que vive” (COSSON, 2012, p. 106). Dessa maneira, o letramento literário é um importante aliado na construção de uma sociedade antirracista, pois possibilita a formação de leitores críticos, que percebem o mundo à sua volta não apenas pela sua própria realidade e vivências, mas também pelas experiências dos outros, que são acessadas a partir das obras literárias.

De acordo com Silva (2008), é na escola que os alunos têm maior contato com as diferenças culturais e, por isso mesmo, é necessário que os professores estejam preparados para trabalhá-las e debatê-las em vez de escondê-las por baixo de um falso discurso de que todos são iguais. Ainda segundo o autor, muitos livros didáticos representam os sujeitos negros como figuras “folclóricas” ou estereotipadas, o que cria representações estereotipadas no imaginário das crianças. Se esses discursos não são desconstruídos nas instituições de ensino, essas crianças podem tornar-se “adultos preconceituosos [que] perpetuam essa visão através de seus filhos” (SILVA, 2008, p. 25).

Nota-se, então, que a promoção de uma educação antirracista deve ocorrer desde muito cedo, a fim de que esses estereótipos e preconceitos não continuem se reproduzindo. As obras literárias, enquanto objetos sociais, possuem um grande potencial de ressignificar discursos, produzir debates e contribuir para a formação de sujeitos críticos.

Como objetivo geral, este artigo busca analisar a importância da literatura infanto-juvenil, de modo que esta possa contribuir na construção de uma sociedade antirracista, a partir de representações que colocam as pessoas negras como protagonistas de suas histórias, além de desconstruir discursos preconceituosos. Como objetivos específicos, espera-se que este trabalho consiga enfatizar a relevância da Lei nº 10.639/03; promover a leitura de obras literárias

antirracistas; trazer exemplos de obras que podem ser trabalhadas nesse viés antirracista, como *A Cor de Coraline*, de Alexandre Rampazo, e *Meu Crespo é de Rainha*, de bell hooks.

A seguir, descreve-se de modo aprofundado a metodologia utilizada para a construção da pesquisa; a revisão bibliográfica, a fim de conceituar literatura infanto-juvenil, educação antirracista, letramento literário e analisar as obras *A Cor de Coraline*, de Alexandre Rampazo, e *Meu Crespo é de Rainha*, de bell hooks; e, por fim, as considerações finais, que buscam evidenciar os resultados obtidos.

Para a realização deste trabalho, fez-se uma pesquisa bibliográfica sobre as temáticas literatura infanto-juvenil e educação antirracista. Inicialmente, buscou-se por livros que, independente da data de publicação, continuam relevantes, atuais e aclamados, nacional e internacionalmente, sendo eles: *A Importância do Ato de Ler*, de Paulo Freire (1988), *Letramento Literário*, de Rildo Cosson (2012), *Literatura Infantil Brasileira: Histórias e Histórias*, de Marisa Lajolo e Regina Zilberman (1985) e *Literatura: a Formação do Leitor – Alternativas Metodológicas*, de Maria da Glória Bordini e Vera Teixeira Aguiar (1993).

Após isso, procurou-se, através do Google Acadêmico, artigos, dissertações e teses que versassem sobre as temáticas trabalhadas, tendo como filtro os mais recentes (de 2022 a 2016). Para tanto, digitou-se no Google Acadêmico “literatura infanto-juvenil” + “educação antirracista”; após análise dos resultados obtidos, selecionou-se as pesquisas que mais se relacionavam com o assunto proposto neste artigo.

## **1 LITERATURA INFANTO-JUVENIL E EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA**

De acordo com Josefa de Lourdes Tinto da Silva, em seu artigo intitulado *Literatura Infantil: o desenvolver da aprendizagem em crianças na Escola Anayde Beiriz* (2016), a literatura infanto-juvenil surgiu no Brasil por volta do século XIX. Nessa época, as obras eram escritas por portugueses e europeus, e chegavam ao nosso país traduzidas. Apenas no século XX ocorre a publicação da primeira obra construída no Brasil para o público infantil; entretanto, a literatura infanto-juvenil só se populariza entre os brasileiros com o escritor Monteiro Lobato, que lançou em 1921 a obra *A Menina do Narizinho Arrebitado*, um “sucesso de vendas” (SILVA, 2016, p. 15).

Sabe-se que Monteiro Lobato, embora tenha sido um expoente da literatura infanto-juvenil no Brasil, é bastante criticado na atualidade por reproduzir, em sua época, ideias raciais do século XIX, que percebiam os sujeitos negros como inferiores.

Pesquisadores como Regina Dalcastagné e Antônio Gomes defendem que “as expressões racistas na boca das personagens [de Monteiro Lobato] não são neutras” (MENDES, MAIA, 2019, p. 53) e, portanto, podem influenciar na construção do imaginário infantil sobre os sujeitos negros de uma maneira negativa e estereotipada. Ao encontro disso, os pesquisadores referem que “a obra literária não é neutra, ela é uma interpretação da realidade ou vontade de uma realidade desejada pelo seu autor”, daí a importância de perceber quais discursos estão inseridos em um determinado texto, em uma determinada obra (MENDES, MAIA, 2019, p. 53).

Essa discussão é complexa e só reforça o quanto a curadoria do professor no processo de escolha das obras infanto-juvenis que irão ser trabalhadas com os alunos deve ser realizada de forma cuidadosa e responsável, ainda mais quando envolve crianças que estão nos anos iniciais do ensino fundamental, uma vez que estas ainda estão construindo seus sentidos críticos.

Já as pesquisadoras Edilaine Souza Santos e Neiva Gallina Mazzuco, em seu artigo intitulado *Literatura infantil como ferramenta de fortalecimento da autoestima de crianças negras na primeira e segunda infâncias* (2022), informam que há uma escassez de representatividade positiva na literatura infanto-juvenil, que impacta diretamente as crianças negras.

Ainda de acordo com Santos e Mazzuco (2022, p. 436), o início da literatura infanto-juvenil no Brasil, no final do século XIX, colaborou para o “processo de escolarização das massas”, além de possuir forte viés etnocêntrico por conta da escravização do povo negro. Assim, as personagens negras não apareciam em posição de destaque e, “quando apareciam nas narrativas, ora eram invisibilizadas ou retratadas de forma estigmatizada, reproduzindo o racismo escancarado da época”. Nesse sentido, pode-se afirmar que muitas das representações estereotipadas que encontramos nas obras infanto-juvenis ainda hoje são resultado de um longo período de escravização negra e de discursos preconceituosos.

Essa realidade começou a ser transformada a partir do advento da Lei nº 10.639/03, que instituiu a obrigatoriedade do ensino de história e da cultura afro-brasileira e, anos depois, foi alterada pela Lei nº 11.645/08, que acrescentou a obrigatoriedade do ensino de história e da cultura indígena. Segundo Amanda Basílio Barbosa e Márcia Helena Sauaia Guimarães Rostas, autoras do artigo *A literatura infantil com protagonismo negro: uma análise de sequências didáticas para uma educação antirracista* (2022), essas leis surgem de “uma série de lutas do movimento negro para uma educação que rompa com os modelos eurocêntricos e torne obrigatório o ensino da História e da Cultura Africana e Afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino Fundamental e Médio, oficiais e particulares” (BARBOSA;

ROSTAS, 2022, p. 2). Desse modo, percebe-se que a lei não surge apenas por uma vontade do Estado, mas por uma necessidade que é defendida pelo Movimento Negro, a fim de que a educação contemple as diferenças e promova uma consciência antirracista.

Essas leis fizeram com que o debate sobre a necessidade de efetivamente trabalhar com a história e cultura afro-brasileira e indígena nos estabelecimentos de ensino crescesse exponencialmente, não só nos círculos educacionais, mas também no mercado editorial, uma vez que essa exigência transformaria a construção dos livros didáticos e também dos livros infanto-juvenis. Para corroborar com isso, Cleonildo Mota Gomes Júnior, em seu artigo intitulado *A prática pedagógica com as literaturas infantis: o reconhecimento identitário da criança afro-brasileira* (2017), informa que a Lei nº 10.639/03, alterada pela Lei nº 11.645/08, fez com que “muitas obras literárias infantis fossem publicadas ou (re) editadas procurando atender a temática abordada (JÚNIOR, 2017, p. 53).

Ao encontro disso, no artigo intitulado *Educação, Relações Étnico-raciais e a Lei 10.639/03 – Breves reflexões*, a pesquisadora Nilma Lino Gomes reitera que:

O percurso de normatização decorrente da aprovação da Lei 10.639/03 deveria ser mais conhecido pelos educadores e educadoras das escolas públicas e privadas do país. Ele se insere em um processo de luta pela superação do racismo na sociedade brasileira e tem como protagonistas o Movimento Negro e os demais grupos e organizações partícipes da luta antirracista. Revela também uma inflexão na postura do Estado, ao pôr em prática iniciativas e práticas de ações afirmativas na educação básica brasileira, entendidas como uma forma de correção de desigualdades históricas que incidem sobre a população negra em nosso país (GOMES, 2010, p. 19).

Nesse sentido, é necessário ressaltar que os professores também precisam estar alinhados com o que as referidas leis exigem, uma vez que são esses profissionais que irão mediar o ensino-aprendizagem dos discentes. Mais do que alinhados, os profissionais da educação devem reconhecer a importância dessa legislação e das temáticas exigidas, uma vez que, se trabalhadas de maneira correta, podem contribuir para a construção de uma sociedade menos preconceituosa e elitista.

Nesse ínterim, Costa da Silva (2022), em sua dissertação intitulada *Amoras, de Emicida, A Cor de Coraline, de Rampazo e a Formação de Docentes: considerações para a luta antirracista*, defende que as instituições de ensino precisam se transformar em espaços “de resistência, contra a reprodução da discriminação étnico-racial” (COSTA DA SILVA, 2022, p. 31). Para que isso aconteça, é essencial que haja cursos de formação adequados à temática para os professores, tanto da rede pública, quanto da rede privada.

Embora a promulgação das referidas leis tenha sido um avanço, elas não trazem de que forma devem ser trabalhadas a história e a cultura afro-brasileira e indígena. Por conta disso, em 2004, o Conselho Nacional de Educação instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a fim de regulamentar a Lei nº 10.639/03. De acordo com Mendonça (2011, p. 17), “a educação das relações étnico-raciais se propõe a estimular, nos estudantes, atitudes de reconhecimento do negro como sujeito da história”, a fim de que os discentes percebam que o racismo não surge “do nada”, ele é produzido e possui raízes históricas. Ademais, é importante que os discentes notem como o racismo é produzido, para que construam “posturas de respeito, de valorização e de transformação dessa realidade” (MENDONÇA, 2011, p. 17).

Essa transformação da realidade pode ser construída a partir do trabalho com a leitura, em especial com a leitura literária. A Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018) destaca em seu texto a importância da leitura e, conseqüentemente, da literatura enquanto ferramenta para um efetivo ensino-aprendizado na educação básica. No âmbito das Linguagens, a BNCC reitera que, no Ensino Fundamental, é necessário:

Desenvolver o senso estético para reconhecer, fruir e respeitar as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, inclusive aquelas pertencentes ao patrimônio cultural da humanidade, bem como participar de práticas diversificadas, individuais e coletivas, da produção artístico-cultural, com respeito à diversidade de saberes, identidades e culturas (BRASIL, 2018, p. 65).

Desse modo, nota-se que a BNCC destaca o respeito às diferentes culturas e mostra a necessidade de trabalhar com a literatura, mas também não traz de que modo essa abordagem deve ser feita. Entende-se que há uma lacuna nas normativas sobre “como” realizar o trabalho e, por conta disso, muitos professores acabam não abordando livros de literatura infanto-juvenil mais recentes, que saiam do cânone mais conhecido e menos atual.

Assim, sugere-se que os profissionais da educação adotem o letramento literário conceituado por Rildo Cosson (2012). Ao entender o letramento literário como uma prática social que é dever da escola e que busca construir sentido não apenas para o texto em particular, mas sim para o mundo que o rodeia através daquela leitura, o desafio de como trabalhar com a literatura e promover uma educação antirracista torna-se um pouco mais fácil. As pesquisadoras Elen Karla Sousa da Silva e Ana Maria Bueno Accorsi, no artigo intitulado *Protagonismo Negro na literatura infantil: por uma abordagem antirracista do texto literário* (2021),

defendem que “o letramento étnico-racial pode contribuir para desmistificar estereótipos que resultam no racismo, em uma prática pedagógica que possibilite a reflexão e a criticidade perante comportamentos preconceituosos e de desvalorização da pessoa negra”, isto é, antes de ler certo livro infanto-juvenil para os alunos, é importante que o professor o leia antes e reflita sobre o que está lendo, para que possa analisar a história, os protagonistas daquela história e os discursos contidos ali para além do que está escrito (SILVA; ACCORSI, 2021, p. 277).

Ainda de acordo com Silva e Accorsi (2021, p. 277), a literatura influencia no desenvolvimento “do caráter social de um povo, de seus sujeitos, a começar pela infância”. Nesse sentido, é principalmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental que os professores devem desenvolver projetos que englobem leituras infanto-juvenis com representações positivas e de protagonismo dos sujeitos negros.

As autoras Bordini e Aguiar (1993) reiteram que os livros infanto-juvenis com perspectivas atuais devem ser privilegiados, a fim de que o imaginário das crianças seja estimulado. Ao encontro disso, Silva e Accorsi (2021, p. 277) corroboram que o letramento literário pode:

Trazer práticas profícuas para que o leitor desenvolva competência literária e para a formação do leitor proficiente, apto a construir sentidos para a leitura, suplantando a leitura de fragmentos de clássicos literários e a análise utilitária de textos poéticos, no sentido da construção de uma leitura consistente que considere as semelhanças, diferenças, inter-relações e coexistências em um mesmo período literário, alargando seu horizonte de expectativa.

Por fim, percebe-se que o letramento literário promove uma formação mais autônoma do aluno enquanto leitor em potencial, pois dá ao discente a possibilidade de refletir sobre o que lê e construir senso crítico a partir da leitura não apenas do texto em si, mas do que esse texto pode reverberar além. Dessa maneira, ao sair dos anos iniciais do Ensino Fundamental, o aluno terá mais autonomia e discernimento para perceber os discursos que cerceiam as obras literárias que escolhe, pois interpretará para além das linhas escritas.

## **2 Uma proposta pedagógica: o trabalho com os livros *A Cor de Coraline*, de Alexandre Rampazo e *Meu crespo é de rainha*, de Bell Hooks**

Vale ressaltar que “as histórias têm uma função social” (SILVA; ACCORSI, p. 278) e, por isso, há uma série de fatores que fazem com que os professores escolham uma história em detrimento de outra, que perpassa, entre outras questões, pela visão social, cultural e política

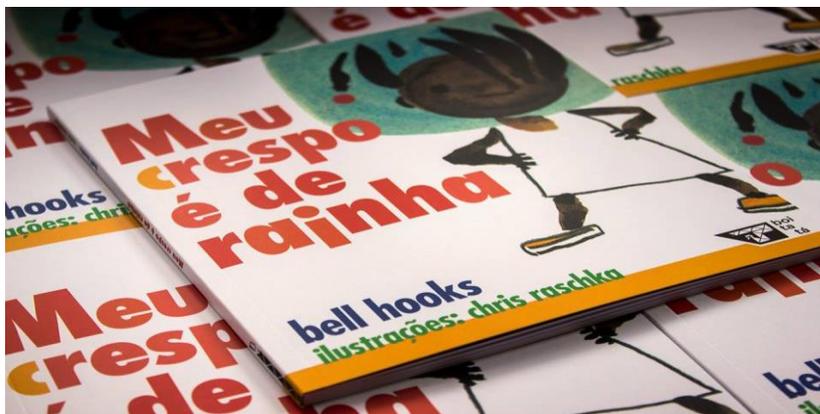
de cada profissional. É importante que o professor tenha um olhar crítico sobre a cultura eurocêntrica que domina o cânone literário e, muitas vezes, invisibiliza o trabalho com produções que trazem representações não estigmatizadas e empoderadas dos sujeitos negros.

Conforme refere Chimamanda Ngozi Adichie (2009), é fundamental que não caiamos na armadilha de acreditar em “ [...] uma única história e percebamos que nunca há apenas uma história sobre nenhum lugar...”, isto é, as histórias, de modo geral, são contadas por aqueles que detém o poder, muitas vezes homens, brancos, europeus. Com a ascensão da tecnologia e o fácil acesso às informações, hoje conseguimos contestar histórias únicas e buscar outras perspectivas, outras versões. É essencial que essas outras versões, narradas pelos negros, pelos indígenas, pelas mulheres, apareçam, a fim de que narrativas que antes caluniavam certos povos, possam agora dignificá-los.

Nesse sentido, destaca-se aqui duas histórias infanto-juvenis que buscam trazer outras representações, fora do cânone hegemônico europeu, que problematizam discursos e preconceitos há muito difundidos em nossa sociedade.

O livro infanto-juvenil *Meu Crespo é de Rainha*, de bell hooks, foi o primeiro livro produzido pela escritora para o público infantil. A obra literária foi publicada nos Estados Unidos em 1999, mas só chegou ao Brasil em 2018, através da editora Boitempo. Ela é indicada para crianças a partir dos três anos de idade, e busca promover a estética das crianças negras, através da valorização do cabelo negro e seus penteados. Infelizmente, ainda é muito comum ouvirmos comentários de que o cabelo negro é “ruim”, “feio” ou “bagunçado”; esse livro, de forma simples e leve, tenta desconstruir esse preconceito construído pelo racismo, a fim de fortalecer a autoestima das crianças negras.

Figura 1 – Livro “Meu Crespo é de Rainha”



Fonte: Boitempo (2018).

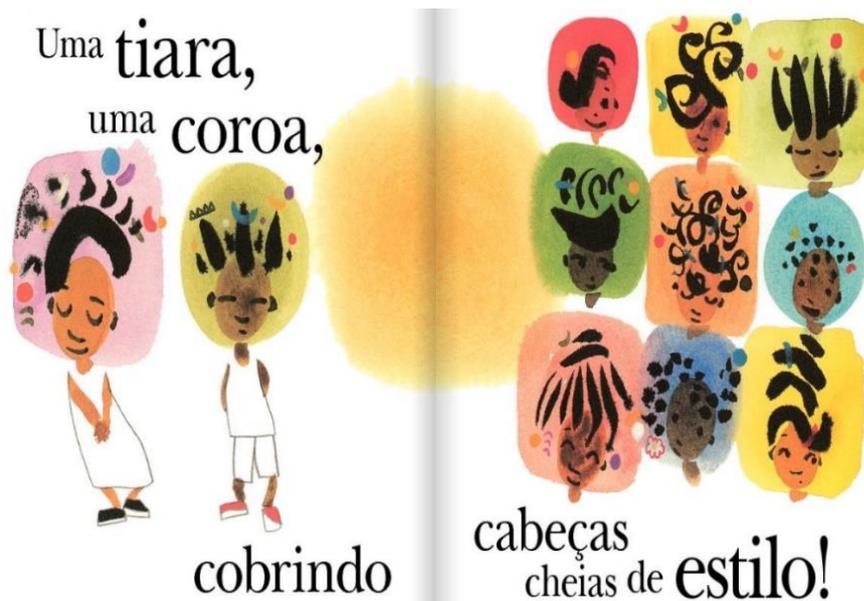
A editora Boitempo, em seu site, ao divulgar o livro *Meu Crespo é de Rainha*, preconiza que:

Hoje, é sabido que incontáveis mulheres, incluindo meninas muito novas, sofrem tentando se encaixar em padrões inalcançáveis de beleza, de problemas que podem incluir desde questões de insegurança e baixa autoestima até distúrbios mais sérios, como anorexia, depressão e mesmo tentativas de mutilação ou suicídio. Para as garotas negras, o peso pode ser ainda maior pela falta de representatividade na mídia e na cultura popular e pelo excesso de referências eurocênticas, de pele clara e cabelos lisos. Nesse sentido, *Meu crespo é de rainha* é um livro que enaltece a beleza dos fenótipos negros, exaltando penteados e texturas afro, serve de referência à garota que se vê ali representada e admirada.

Assim, nota-se que o livro é uma boa ferramenta para trabalhar questões relativas à estética negra, principalmente à estética do cabelo, uma vez que a obra literária mostra diversos cabelos e penteados, de tamanhos, texturas e estilos distintos, a fim de que todas as crianças possam se sentir bem com seus cabelos e aceitá-los como são.

De acordo com Silva e Accorsi (2021, p. 281), a obra, que é um poema ilustrado, busca exaltar “a beleza e a diversidade dos cabelos crespos e cacheados”, além de apresentar “meninas, avós, tias, irmãs, mães, mulheres com distintos penteados e cortes de cabelos, descritas de maneira elogiosa, empoderando-as, a fim de que todas tenham orgulho dos seus cabelos e de quem são”.

Figura 2 – Excerto do livro “Meu Crespo é de Rainha”



Fonte: hooks, bell (2018).

Neste excerto, pode-se perceber que a autora e a ilustradora trazem uma representação positiva, tanto dos adornos e enfeites que vão no cabelo, quanto dos diversos estilos de cabelos e penteados, mostrando às crianças que todos os cabelos são bonitos e estilosos. Essa visão contribui para uma educação antirracista, pois busca abordar as diversidades e o respeito às diferenças.

Santos e Mazzuco (2022, p. 438) reiteram que “a criança negra deve ter referências de pessoas que se pareçam com ela e deve ter seu espaço respeitado, assim como qualquer outra criança em fase de desenvolvimento”, ou seja, é importante pensar, enquanto professor, se as suas representações, se os seus exemplos em sala de aula, abarcam todos, e não somente um tipo físico de pessoa.

Ao encontro disso, Samia et al. (2015), a autoestima negativa construída a partir de um episódio de racismo pode acarretar na criança uma série de problemas sociais e cognitivos, desde isolamento até dificuldades na aprendizagem. Ainda de acordo com os autores, “a dificuldade de interação que a criança desenvolve está diretamente ligada à sua autoestima, e o seu bom desenvolvimento pode significar para o aluno a valorização do seu eu, a autoestima da criança é uma das principais ferramentas para a construção de sua identidade” (SAMIA et al., 2015, p. 7). Assim, quando se apresenta para a criança representações positivas que envolvam sua cultura e sua identidade, ela se sente valorizada e constrói uma “uma boa relação consigo mesma”, fortalecendo sua autoestima (SANTOS; MAZZUCO, 2022, p. 438).

Ainda sobre a obra *Meu Crespo é de Rainha*, pode-se afirmar que, embora o livro tenha demorado dezenove anos para ser publicado no Brasil, ele foi publicado em um momento que cresce o número de discussões a respeito da representatividade negra e sua relevância e impacto nas novas gerações. Nos últimos anos, vemos aumentar as páginas no *Instagram*, por exemplo, que promovem o cuidado com os cabelos negros; também vemos uma maior quantidade de atores negros em filmes de super-heróis e séries *pop*; e, conseqüentemente, também notamos um maior número de obras infanto-juvenis que colocam os sujeitos negros como protagonistas.

Vale destacar que bell hooks é uma das mais importantes intelectuais da atualidade. Mulher negra, ela nasceu no sul dos Estados Unidos e formou-se professora. Além de feminista, ela converge com os ensinamentos de Paulo Freire, já que também pensa a educação como uma forma libertadora, como podemos ver neste excerto de seu livro *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*:

Quando a educação é a prática da liberdade, os alunos não são os únicos chamados a partilhar, a confessar. A pedagogia engajada não busca simplesmente fortalecer e capacitar os alunos. Toda sala de aula em que for aplicado um modelo holístico de

aprendizado será também um local de crescimento para o professor, que será fortalecido e capacitado por esse processo. Esse fortalecimento não ocorrerá se nos recusarmos a nos abrir ao mesmo tempo em que encorajamos os alunos a correr riscos (HOOKS, 2017, p. 35)

Dessa maneira, infere-se que não só o aluno aprende, mas também o professor aprende enquanto ensina. É necessário construir uma educação libertadora, livre de qualquer tipo de preconceitos, baseada na criticidade e diálogo.

Já o livro *A Cor de Coraline*, de Alexandre Rampazo, é escrito por um homem branco, que nasceu em São Paulo e é ilustrador. Ele escreveu o livro referido por conta de sua filha, que relatou sua experiência ao ouvir um menino negro pedir por um “lápiz cor de pele”, mesmo esse lápis sendo a cor de rosa salmão da caixa.

Figura 3 – Excerto do livro “A Cor de Coraline”



Fonte: RAMPAZO, 2017.

O livro foi indicado ao Prêmio Jabuti de 2018 e também fez parte do PNLD Literário do mesmo ano. A obra *A Cor de Coraline* inicia com Pedrinho, uma criança branca, que pede um lápis “cor de pele” emprestado para Coraline, uma criança negra. A partir daquele pedido, Coraline começa a divagar sobre qual cor, de fato, ele queria, já que os tons de pele existentes são muitos. Nas próximas páginas do livro, a menina viaja em sua imaginação, pensando em seres com peles verdes, como os marcianos; peixinhos dourados, com peles amarelas, etc. Enquanto isso, o colega Pedrinho continua com a mão estendida, esperando pelo lápis “cor de pele”.

Figura 4 – Excerto do livro “A Cor de Coraline”



Fonte: RAMPAZO, 2017.

Após divagações e descobertas, Coraline decide entregar ao seu colega o lápis marrom, pois essa era a cor de sua própria pele. O menino estranhou, mas logo começou a pintar seu desenho com a cor oferecida por Coraline. A partir disso, pode-se perceber que não há apenas uma história sobre as cores da caixa de lápis, mas sim sobre a descoberta da identidade de Coraline enquanto menina negra, uma vez que, no fim de seus questionamentos para si mesma, ela toma consciência da cor de sua pele.

É interessante notar que é só no fim do livro, como mostra o excerto acima, que o rosto de Coraline aparece colorido, deixando em evidência sua pele e seu cabelo, o que encaixa com o momento de sua descoberta identitária.

Por fim, percebe-se que a obra em questão é uma boa ferramenta para trabalhar questões que envolvam a cor da pele, principalmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental, em que as crianças ainda estão construindo e descobrindo suas identidades. Muitas vezes, o senso comum do lápis “cor de pele” ser aquele rosa claro é tão difundido que nem percebemos que estamos assumindo um padrão de cor “adequada”, “padrão” e “correta”. Questionar discursos que não representam a todos é um bom ponto de partida para promover a autoestima das crianças negras, além de educar de maneira antirracista, uma vez que desde cedo as diferenças são debatidas e respeitadas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As duas obras aqui analisadas focam nas questões estéticas de “ser negro”, pois nos anos iniciais do ensino fundamental, são as questões de aparência que geram maior debate e, portanto, encara-se como importante, desde cedo, promover uma educação antirracista por meio de obras infanto-juvenis que tragam representações positivas dos sujeitos negros.

É possível notar que houve um avanço, tanto nas discussões que abordam as relações étnico-raciais quanto nas obras literárias que buscam trazer as personagens negras como protagonistas, e não mais como estereótipos. Isso é muito importante para a construção da identidade das crianças negras, além de ser relevante para a promoção de autoestimas positivas.

Há muito ainda para avançar no âmbito da educação antirracista, já que muitos preconceitos ainda precisam ser extirpados. Entretanto, conforme refere bell hooks (2017, p. 273), “a sala de aula, com todas as suas limitações, continua sendo um ambiente de possibilidades”, ou seja, apesar de todas as dificuldades e percalços que encontraremos no caminho, as possibilidades de ensino e aprendizagem são múltiplas, pois uma educação antirracista, libertadora e crítica não é utopia, mas sim o futuro possível.

## REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. (3min49s). *O perigo de uma história única*. TED Talks, 2009. Disponível em: [https://www.ted.com/talks/chimamanda\\_ngozi\\_adichie\\_the\\_danger\\_of\\_a\\_single\\_story#t-881116](https://www.ted.com/talks/chimamanda_ngozi_adichie_the_danger_of_a_single_story#t-881116). Acesso em: 25 out. 2022.

BARBOSA, Amanda Basílio; ROSTAS, Márcia Helena Sauaia Guimarães. *A literatura infantil com protagonismo negro: uma análise de sequências didáticas para uma educação antirracista*. Research, Society and Development, Itabira, v. 11, n. 14, p. 1-17, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/36420/30404/401595>. Acesso em: 04 nov. 2022.

BORDINI, Maria da Glória; AGUIAR, Vera Teixeira. *Literatura: a formação do leitor – alternativas metodológicas*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: Acesso em: 05 nov. 2022.

BRASIL. *Lei 10.639 de 03 de setembro de 2003*. Dispõe sobre o ensino da cultura negra. Brasília: Presidência da República, 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm). Acesso em: 31 out. 2022.

BRASIL. *Lei 11.645 de 10 de março de 2008. Dispõe sobre a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”*. Brasília: Presidência da República, 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm). Acesso: 18 out. 2022.

COSSON, Rildo. *Letramento Literário: teoria e prática*. São Paulo: Contexto, 2012.

COSTA DA SILVA, Cristiane. *Amoras de Emicida, A cor de Coraline de Rampazo e a formação de docentes: considerações para a luta antirracista*. 2022. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Literatura Comparada, Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2022. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/handle/123456789/6564>. Acesso em: 05 nov. 2022.

FREIRE, Paulo. *A Importância do Ato de Ler*. São Paulo: Cortez, 1988.

GOMES, Nilma Lino. Educação, Relações Étnico-raciais e a Lei 10.639/03 – Breves reflexões. In: BRANDÃO, A. P. (Org.). *Modos de fazer: caderno de atividades, saberes e fazeres*. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2010, p. 19-25.

HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

HOOKS, Bell. *Meu crespo é de rainha*. São Paulo: Boitempo, 2018.

JÚNIOR, Cleonildo Mota Gomes. *A prática pedagógica com as literaturas infantis: o reconhecimento identitário da criança afro-brasileira*. Revista Educação e (Trans) formação, Garanhuns, v. 2, n. 1, p. 49-67, 2017. Disponível em: <http://www.journals.ufrpe.br/index.php/educacaoetransformacao/article/view/1130>. Acesso em: 18 out. 2022.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *Literatura Infantil Brasileira: histórias e histórias*. São Paulo: Ática, 1985.

MENDES, Neilson Silva; MAIA, Fernanda Nunes. *Monteiro Lobato, Racismo e Literatura: narrativas de um eugenista*. Revista Espaço Livre, Goiânia, v. 14, n. 28, jul./dez., 2019. Disponível em: <http://redelp.net/index.php/rel/article/view/204/189>. Acesso em: 05 nov. 2022.

MENDONÇA, Ana Paula Fernandes de. *Pedagogias Antirracistas: tensões e possibilidades de caminhos em construção*. 2011. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2011. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/bitstream/123456789/3418/1/texto%20completo.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2022.

SAMIA, Paula dos Santos Silva et al. *A autoestima da criança negra e suas implicações no processo de aprendizagem*. Paratins: Realize, 2015. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/17437>. Acesso em: 2 nov. 2022.

SANTOS, Edilaine Souza; MAZZUCO, Neiva Gallina. *Literatura infantil como ferramenta de fortalecimento da autoestima de crianças negras na primeira e segunda infâncias*. Brazilian Journal of Development, Curitiba, v. 8, n. 9, p. 432-463, sep. 2022. Disponível em:

<https://www.brazilianjournals.com/ojs/index.php/BRJD/article/view/51871/38854>. Acesso em: 04 nov. 2022.

SILVA, Josefa de Lourdes Tinto da Silva. *Literatura Infantil: o desenvolver da aprendizagem em crianças na Escola Anayde Beiriz*. 2016. Monografia (Graduação) – Curso de Pedagogia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/4318/1/JLTS28112016.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2022.

SILVA, Elen Karla Sousa da; ACCORSI, Ana Maria Bueno. *Protagonismo negro na literatura infantil: por uma abordagem antirracista do texto literário*. Revista Eletrônica Científica da UERGS, Porto Alegre, v. 7, n. 3, p. 275-283, 2021. Disponível em: <http://200.132.92.80/index.php/revuergs/article/view/3280/534>. Acesso em: 05 nov. 2022.

SILVA, Paulo Vinícius Baptista da. *Racismo em livros didáticos na escola: estudo sobre negros e brancos em livros de língua portuguesa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

*Recebido em: 14/11/2022*

*Aprovado em: 11/12/2022*

*Publicado em: 28/12/2022*



10.29281/r.decifrar.2022.2a\_6